

ARQUITETO

PROVA OBJETIVA
TIPO 2



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Saúde SC reforça importância da vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório em gestantes

Com a aproximação do frio, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforça a importância da vacinação de gestantes contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). A imunização tem como principal objetivo reduzir complicações respiratórias em bebês nos primeiros meses de vida, como bronquiolite e pneumonia — doenças que tendem a aumentar durante o inverno e podem levar a internações.

<https://saude.sc.gov.br>

A utilização de letras maiúsculas na apresentação do “Vírus Sincicial Respiratório”, em todas as ocorrências no texto, serve para

- (A) indicar destaque informativo dentro do texto, relacionado à relevância do tema abordado.
- (B) ser uma estratégia de destaque para enfatizar a gravidade da doença mencionada no texto.
- (C) apresentar o uso de linguagem técnica, comum em textos da área da saúde.
- (D) corresponder à denominação oficial de um agente viral específico, funcionando como nome próprio.
- (E) marcar a presença de termos estrangeiros incorporados ao vocabulário científico.

2

Observe uma peça de campanha divulgada pela Secretaria do Estado de Turismo de Santa Catarina em 2023.



Fonte: <https://acontecedoaqui.com.br/propaganda/nova-marca-do-turismo-de-santa-catarina-e-apresentada-ao-mercado/>

Na campanha apresentada, a construção de sentidos decorre da articulação entre elementos verbais e não verbais, mobilizando recursos semânticos e visuais para promover o turismo.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que melhor interpreta a estratégia discursiva empregada na peça.

- (A) A imagem de interação entre pessoas destaca o caráter coletivo da cena, enquanto o texto verbal remete à dimensão institucional da campanha turística.
- (B) O uso de formas circulares atua como recurso visual que acompanha o conteúdo verbal apresentado na peça publicitária.
- (C) A expressão “Santa Catarina” cumpre função informativa, contribuindo para a identificação explícita do local promovido na campanha.
- (D) A campanha articula texto e imagem de modo complementar, de forma que o conteúdo visual só pode ser compreendido pela leitura do *slogan*.
- (E) A expressão “um estado de alegria” explora o duplo sentido da palavra “estado”, articulando a ideia de unidade federativa à de condição emocional sugerida pela cena.

3

Leia o texto a seguir.

Vendo-a comer, não entendo os motivos de termos nos separado, agora é tudo tão nebuloso que me perco buscando razões, só que não teve razão alguma. Na época, parecia a coisa certa a fazer... Pergunto a ela o que fiz conosco. Ela larga os talheres no prato. Faz barulho. Atingi algum limite. Me encara por um momento escolhendo as palavras, enquanto passa a língua sob o lábio, tirando alguma coisa dos dentes agora perfeitos, corrigidos pelo aparelho, que não está mais lá, dá uma tragada no cigarro, que morria equilibrado no tampo da mesa, e o recoloca no mesmo lugar com o mesmo cuidado... quase caindo, desafiando os limites, desafiando o equilíbrio - eu sou aquela quase-guimba de cigarro que quase apagava.

SIQUEIRA, Mauro. Pequenas colisões. Rio de Janeiro: Bando, 2025. p.177.

No fragmento apresentado, observa-se a presença de diferentes tipologias textuais articuladas na construção do sentido.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel do potencial descritivo no texto.

- (A) O texto apresenta predomínio descritivo, com foco na caracterização da personagem, em detrimento do desenvolvimento das ações e da reflexão do narrador.
- (B) O potencial descritivo manifesta-se na caracterização de estados emocionais, assumindo papel central na construção do texto em relação à narração dos acontecimentos.
- (C) A descrição aparece em momentos específicos do texto, produzindo pausas na sequência narrativa e direcionando a atenção para aspectos pontuais da cena.
- (D) O texto apresenta predominância narrativa, mas incorpora sequências descritivas que contribuem para a construção da subjetividade do narrador.
- (E) A descrição acompanha a progressão do texto, conferindo detalhamento às cenas, sem se relacionar diretamente com o conflito central apresentado.

4

Leia o poema a seguir, publicado em 1893 pelo poeta catarinense Cruz e Souza, principal nome do Simbolismo no Brasil.

Acrobata da Dor

Gargalha, ri, num riso de tormenta,
como um palhaço, que desengonçado,
nervoso, ri, num riso absurdo, inflado
de uma ironia e de uma dor violenta.

Da gargalhada atroz, sanguinolenta,
agita os guizos, e convulsionado
Salta, gavroche, salta clown, varado
pelo estertor dessa agonia lenta...

Pedem-te bis e um bis não se despreza!
Vamos! Reteza os músculos, reteza
nessas macabras piruetas d' aço...

E embora caias sobre o chão, fremente,
afogado em teu sangue estuoso e quente,
ri! Coração, tristíssimo palhaço.

<https://www.escritas.org/pt/t/13184/acrobata-da-dor>

No poema, o eu lírico constrói sentidos por meio da mobilização de palavras pertencentes ao campo semântico do universo circense, associado à figura do “palhaço”.

Considerando esse aspecto, assinale a opção que apresenta um termo do texto que integra esse campo semântico.

- (A) Tormenta.
- (B) Nervoso.
- (C) Despreza.
- (D) Piruetas.
- (E) Chão.

5

Leia a notícia a seguir, publicada em abril de 2026.

Juros e cenário exterior afetam mais a economia catarinense

Dois setores pesquisados pelo IBGE, a indústria e os serviços apresentaram retração no primeiro bimestre do ano frente aos mesmos meses de 2025

Há meses que os juros básicos nas alturas, em 15% ao ano, mais o tarifaço dos EUA e outros fatores vêm afetando a economia catarinense, mas os estragos maiores, até agora, apareceram nos dados de janeiro e fevereiro, apurados pelo IBGE. As pesquisas mostraram retração de 6,1% da indústria no primeiro bimestre frente ao mesmo período do ano passado e retração também dos serviços em 1,2%. Somente o comércio ampliado cresceu 2,4% nessa comparação em SC.

A produção industrial de Santa Catarina fechou os dois primeiros meses do ano com recuo de -6,2% frente aos mesmos meses de 2025. As maiores quedas foram na fabricação de automóveis, reboques e carrocerias (-20,4%), produção de móveis (-22,6%) e fabricação de máquinas e equipamentos (-16,5%).

Entre os 14 setores pesquisados pelo IBGE, somente dois tiveram crescimento de vendas no bimestre frente ao mesmo período de 2025, apurou o Observatório Fiesc, da Federação das Indústrias de SC. As altas foram na produção de alimentos (+1,4%) e de produtos de borracha e plástico (+0,4%).

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/juros-e-cenario-exterior-afetam-mais-a-economia-catarinense>

A respeito da utilização de dados numéricos na notícia apresentada, marque a opção correta.

- (A) Os dados numéricos contribuem para quantificar as informações apresentadas, sem interferir na credibilidade do texto.
- (B) A presença de dados numéricos organiza as informações do texto, pois, sem eles, o leitor poderia ter dificuldades na compreensão textual.
- (C) O uso de dados numéricos confere precisão às informações e contribui para a construção de uma abordagem objetiva e fundamentada dos fatos.
- (D) Os dados numéricos são utilizados para ilustrar as informações, funcionando como exemplos que poderiam ser substituídos por descrições qualitativas.
- (E) A inserção de dados numéricos no texto tem função predominantemente explicativa, voltada à simplificação do conteúdo apresentado ao leitor.

6

Leia o fragmento de texto a seguir.

Sentimento que não espairo; pois eu mesmo nem acerto com o mote disso — o que queria e o que não queria, estória sem final. O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito — por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Cia das Letras. 2019. p. 293.

No fragmento apresentado, o uso de diferentes sinais de pontuação contribui para a construção de sentidos e para a expressão da subjetividade do narrador.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel desses recursos no texto.

- (A) O uso do ponto e vírgula estabelece relações de subordinação entre as orações, organizando o texto de forma hierarquizada.
- (B) Os dois-pontos introduzem explicações e enumerações, contribuindo para o encadeamento reflexivo das ideias do narrador.
- (C) O travessão é empregado para indicar mudança de interlocutor, caracterizando o texto como diálogo direto.
- (D) Os pontos finais fragmentam o texto em períodos independentes, sem relação com o ritmo ou com a construção de sentido.
- (E) O ponto de interrogação é utilizado para organizar sintaticamente o texto, sem interferir na expressividade da linguagem.

7

Leia o texto a seguir:

Departamento de Libras promove palestra ‘Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade’

O Departamento de Libras da UFSC irá promover a palestra “Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade” com o educador Fernando Leão (vice-presidente do Instituto Caminho do Meio). O evento será realizado na sala 305 do Espaço Físico Integrado (EFI), 3º andar, no dia 8 de outubro, das 8h30 às 11h30. Haverá interpretação para Libras.

<https://noticias.ufsc.br/tags/departamento-de-libras/>

No texto apresentado, observa-se a predominância de verbos no futuro, como em “irá promover”, “será realizado” e “haverá”.

Considerando o efeito de sentido produzido por essa escolha verbal, é correto afirmar que

- (A) o emprego de verbos no futuro reforça o caráter informativo e prospectivo do texto, anunciando ações previstas para momento posterior.
- (B) o uso predominante de verbos no futuro indica hipótese, sugerindo incerteza quanto à realização do evento anunciado.
- (C) a predominância de verbos no futuro contribui para a construção de um texto narrativo, relatando acontecimentos posteriores ao momento da enunciação.
- (D) o uso do futuro verbal aproxima o texto da linguagem injuntiva, orientando o leitor sobre ações que deverão ser realizadas.
- (E) a utilização do futuro verbal confere subjetividade ao texto, destacando expectativas pessoais do autor sobre o evento divulgado.

8

Leia, a seguir, o trecho inicial do conto “Luz”, do escritor Salim Miguel.

Anoitece.

Seis pessoas: três adultos, três crianças. Os adultos: faixa dos vinte anos. As crianças: a mais nova com menos de seis meses, o mais velho com pouco mais de três anos. Pai, mãe, tio, duas meninas, um menino.

O dia: 18. O mês: maio. O ano: 1927. O local: cais do porto da Praça Mauá. O estado: Rio de Janeiro. O país: Brasil.

Muitos anos depois, já bem velho, o pai gostava de rememorar, de repetir insistindo: a primeira palavra que aprendi em português, que me foi diretamente dirigida, que gravei: luz. Nur.

Cala. Pensa. Concentra-se. Se esforça. Se perde para se achar. Ativada, a memória recua. Busca resgatar o passado. Retirá-lo do mais fundo do tempo. Devassar o escuro abismo. Tornar hoje o ontem.

MIGUEL, Salim. Nur na escuridão [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2025, p. 15-16.

Nesse trecho do conto, observa-se uma construção textual marcada por frases curtas e estruturas fragmentadas.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o efeito de sentido produzido por essa escolha estilística.

- (A) A fragmentação mostra que o narrador tem dificuldade para organizar suas ideias.
- (B) As frases curtas fazem o texto parecer técnico, como se apresentasse dados objetivos.
- (C) A repetição de estruturas torna o texto cansativo e sem progressão.
- (D) A construção em frases curtas reduz a presença de sentimentos no texto.
- (E) A fragmentação cria ritmo mais lento, capaz de representar as lembranças do narrador.

9

Santa Catarina no Século XIX

Pode-se dizer que Santa Catarina é um estado de imigrantes. Desde o início do século XVI, o estado foi ocupado por indução oficial. Até o século XX, nenhuma motivação econômica havia estimulado o povoamento espontâneo naquela parte do Brasil. Havia pouco pau-brasil, a cana-de-açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o seu povoamento.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf

O segmento que reescreve o trecho sublinhado, **sem** alteração de sentido, é:

- (A) em razão do povoamento da região.
- (B) por causa do povoamento já realizado.
- (C) a fim de que o seu povoamento ocorresse.
- (D) apesar do povoamento da região.
- (E) depois que o povoamento aconteceu.

10



Perfil do Acadêmico

Sexto ocupante da Cadeira nº 35, eleito em 9 de junho de 2022, na sucessão de Candido Mendes de Almeida e recebido em 2 de setembro de 2022 pela Acadêmica Ana Maria Machado.

Cadeira: 35

Posição: Atual

Antecedido por: Candido Mendes de Almeida

Data de nascimento: 22 de Maio de 1951

Naturalidade: Blumenau - SC Brasil

Data de eleição: 9 de Junho de 2022

Data de posse: 2 de Setembro de 2022

Acadêmica que o recebeu: Ana Maria Machado

<https://www.academia.org.br/academicos/godofredo-de-oliveira-neto>

Os gêneros textuais são formas composicionais que se organizam de acordo com finalidades comunicativas e contextos de circulação específicos.

Considerando essas características, assinale a opção que identifica corretamente a função do texto apresentado.

- (A) Narrar a trajetória pessoal do acadêmico, destacando episódios marcantes de sua vida.
- (B) Informar, de forma objetiva e organizada, dados biográficos e institucionais do acadêmico.
- (C) Defender a relevância do acadêmico no campo literário, por meio de argumentos avaliativos.
- (D) Relatar experiências vividas pelo acadêmico em primeira pessoa, com foco subjetivo.
- (E) Explicar o funcionamento da instituição à qual o acadêmico pertence, detalhando suas regras.

Legislação Institucional do PJSC

11

Lucas, chefe de cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa (SC), foi convidado a palestrar perante os novos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, ocasião em que abordou, dentre outras temáticas, as matérias afetas à sua competência.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é correto afirmar que compete ao chefe do cartório

- (A) conferir se todos os bens e valores vinculados aos autos, ou que são objeto do litígio, foram devidamente cadastrados e estão com a situação, localização e demais dados atualizados no sistema informatizado do Poder Judiciário.
- (B) verificar, quinzenalmente, nas comarcas em que não houver central de mandados, os mandados não devolvidos dentro dos prazos assinalados e apresentar relação ao juiz da respectiva unidade.
- (C) certificar, na tutela cautelar, o decurso de quinze dias da efetivação da medida sem a propositura da ação ou a dedução do pedido principal e fazer conclusão.
- (D) certificar, nos autos, a ocorrência de feriado local, regional, nacional ou ponto facultativo, bem como qualquer outro fato que possa influir na contagem de prazo processual.
- (E) expedir, a cada noventa dias, relação atualizada dos réus presos, com o número do processo, a fase em que ele se encontra, e encaminhar cópia ao juiz.

12

Na primeira metade do mandato, o 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por questões estritamente pessoais, aposentou-se, ensejando a vacância do cargo e das funções por ele exercidas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que, em razão da vacância,

- (A) caberá ao desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça assumir as funções da 1ª Vice-Presidência.
- (B) será realizada a eleição do sucessor, no prazo de trinta dias, contado da ocorrência da vaga.
- (C) o Corregedor-Geral da Justiça assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (D) o 3º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (E) o 2º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.

13

O território do Estado, para a administração da Justiça, divide-se em distritos, subdistritos, municípios, comarcas e comarcas integradas, formando, porém, uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, analise as afirmativas a seguir.

- I. A comarca constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo a denominação daquele que lhe servir de sede.
- II. Quando o movimento forense o exigir, a comarca poderá ser subdividida em duas ou mais varas.
- III. O Tribunal de Justiça, para efeito de comunicação de atos processuais, realização de diligências e atos probatórios, poderá reunir duas ou mais comarcas para constituírem uma comarca integrada, desde que haja proximidade entre as sedes municipais, facilidade de comunicação viária e intensa movimentação populacional entre as comarcas contíguas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Caio, analista jurídico, foi designado para atuar no gabinete de um dos juízes titulares da Comarca de Balneário Camboriú/SC. Dessa forma, o referido agente público, visando à otimização de sua atuação, resolveu estudar a normativa que lhe é aplicável.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é certo que o gabinete de cada juiz deverá adotar as providências elencadas abaixo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Primar pela automatização do fluxo processual e dos atos decisórios, otimizando as atividades de cumprimento com o uso das ferramentas disponibilizadas no sistema de tramitação eletrônica de processos.
- (B) Receber os processos e, constatado equívoco ou ausência de movimentação de conclusão, comunicar o magistrado para que esse efetive o ajuste devido.
- (C) Lançar adequadamente a movimentação correspondente ao ato praticado pelo juiz no sistema informatizado.
- (D) Atualizar diariamente a pauta de audiências no sistema informatizado.
- (E) Zelar pelo fluxo regular de processos entre cartório e gabinete.

15

Nos termos da legislação de regência, o servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.745/1985, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Serão considerados requisitos básicos do estágio probatório a idoneidade moral, a assiduidade e a pontualidade, a disciplina e a eficiência.
- () A verificação dos requisitos necessários à confirmação no cargo será efetuada por comissão composta de, no mínimo, cinco membros designados pelo titular do órgão.
- () Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, inclusive férias, e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

16

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto por vinte e cinco membros, exerce, por delegação do Tribunal Pleno, competência para processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, os deputados estaduais e o procurador-geral de justiça.

À luz das disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção que indica corretamente a forma de preenchimento das vinte e cinco vagas do Órgão Especial.

- (A) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.
- (B) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (C) Doze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e treze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (D) Por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo.
- (E) Por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.

Ética e Gestão no Serviço Público

17

Maria ocupa cargo de primeiro escalão em determinado ente federativo, na condição de Secretária de Estado. As normas afetas à prevenção e ao tratamento do conflito de interesses nesse ente seguem os balizamentos oferecidos pela Lei nº 12.813/2013.

Maria pretende exercer determinada atividade privada de cunho econômico. Embora o exercício dessa atividade não seja vedado pelas referidas normas, Maria tem dúvida em relação à sua licitude, pois implicaria na prestação de serviços a pessoas jurídicas que têm interesse em decisões de colegiado administrativo do qual ela participa.

Ao analisar a sistemática legal, Maria concluiu corretamente que

- (A) a ausência de vedação legal ao exercício da atividade afasta a possibilidade de ser configurado o conflito de interesses.
- (B) o interesse das pessoas jurídicas nas decisões do colegiado de que Maria participe não configura conflito de interesses.
- (C) o conflito de interesses na situação descrita é afastado, caso Maria esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- (D) a situação descrita configura conflito de interesses, devendo ser fiscalizada por Comissão de Ética Pública instituída no âmbito do Poder Executivo do ente federativo ao qual Maria está vinculada.
- (E) o conflito de interesses somente estará configurado se Maria divulgar ou fizer uso de informações privilegiadas obtidas no exercício funcional, para viabilizar a prestação do serviço para o qual seja contratada.

18

João e Maria, servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo no Estado Sigma, que não se conhecem e jamais praticaram qualquer ato em comunhão de ações e desígnios, respondem a ações de improbidade administrativa com base na Lei nº 8.429/1992, cada qual pela prática dos próprios atos. João desviou recursos públicos enquanto atuava como ordenador de despesas. Maria, por sua vez, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo, colocando em risco a segurança do Estado.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria podem acarretar a aplicação da sanção de perda da função pública.
- (B) as condutas de João e Maria foram enquadradas em uma tipologia legal de caráter exemplificativo, não taxativo.
- (C) a conduta de João pode acarretar a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos por até 14 (quatorze) anos.
- (D) a conduta de Maria pode acarretar a aplicação da sanção de vedação ao recebimento de incentivos fiscais por até 12 (doze) anos.
- (E) as ações ajuizadas em face de João e Maria são de autoria do Ministério Público, considerando sua legitimidade privativa nessa seara.

19

A sociedade empresária Alfa teria praticado atos lesivos ao Estado Beta, consistentes em alegada fraude à licitação praticada em detrimento da Secretaria de Estado de Educação do Poder Executivo do referido ente federativo. No curso do processo administrativo instaurado para a apuração dos fatos, o representante legal de Alfa cogitou a celebração de ajuste no âmbito da consensualidade de colaboração, conforme disciplina estabelecida na Lei nº 12.846/2013.

Em relação ao ajuste cogitado pelo representante legal de Alfa, é correto afirmar que

- (A) é vedado, considerando a indisponibilidade dos interesses envolvidos.
- (B) deve ser celebrado no plano administrativo e homologado pelo Poder Judiciário.
- (C) exime Alfa, caso celebrado, da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (D) deve ser celebrado no plano processual, pelo Ministério Público, com a correlata homologação pelo Poder Judiciário.
- (E) independe de homologação pelo Poder Judiciário e não afasta a possibilidade de suspensão ou interdição parcial das atividades de Alfa.

20

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Pública indireta do Estado Delta, aceitou vantagem indevida dada pela sociedade empresária Sigma, para que fosse favorecida em determinada licitação.

Para que seja atribuído ato ilícito a Sigma, na perspectiva da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) deve ocorrer a prévia condenação de João pela prática de ato de improbidade administrativa.
- (B) deve ser previamente demonstrada a responsabilidade individual de um dirigente a ela vinculado.
- (C) pode ser perquirida a responsabilização de Sigma, independentemente da culpabilidade de um dos seus dirigentes.
- (D) pode ser perquirida a responsabilidade administrativa de Sigma, independentemente do elemento subjetivo do agir, mas não a responsabilidade na instância civil.
- (E) deve ser demonstrada a existência de cláusula de anuência à responsabilização, no edital da licitação, paralelamente à responsabilização com base na Lei nº 8.429/1992.

Noções de Informática e Proteção de Dados

21

No âmbito da Resolução TJ nº 3/2021 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o tratamento de dados pessoais deve ser pautado pela observância estrita das bases legais e dos princípios de proteção ao titular. Imagine que uma unidade administrativa do TJSC deseja implementar um novo sistema para o processamento de dados de magistrados e servidores, visando especificamente ao cumprimento de determinações contidas em leis federais e normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando as diretrizes sobre o ciclo de vida dos dados e as hipóteses de tratamento previstas na referida Resolução e na LGPD, assinale a afirmativa que descreve corretamente a base legal e a conduta correta para esse cenário.

- (A) O tratamento deve ser baseado exclusivamente no consentimento do titular, devendo o sistema ser interrompido caso algum servidor se recuse a autorizar a coleta dos dados.
- (B) O tratamento poderá ser realizado com base no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o que dispensa a coleta de consentimento específico, desde que respeitados os princípios da finalidade e da necessidade.
- (C) Os dados coletados para essa finalidade legal podem ser utilizados posteriormente para qualquer outro fim administrativo, uma vez que o dado já reside nos servidores do Controlador (PJSC).
- (D) O dado pessoal sensível, por sua natureza, não pode ser tratado pelo Tribunal sob a justificativa de obrigação legal, exigindo sempre a anonimização irreversível imediata após a coleta.
- (E) A fase de descarte do ciclo de vida do dado é facultativa para o Judiciário, sendo permitida a manutenção perpétua de dados pessoais em texto claro para fins de registro histórico, sem necessidade de avaliação de descarte.

22

A navegação segura na internet via protocolo HTTPS (*Hypertext Transfer Protocol Secure*) exige uma interação complexa entre hardware, software e protocolos de rede.

Considerando o fluxo de processamento de uma requisição HTTPS em um sistema computacional moderno, é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTPS opera exclusivamente na camada de transporte do modelo OSI, substituindo o TCP para garantir que a criptografia seja processada diretamente pelo hardware da placa de rede (NIC).
- (B) durante o *handshake* do TLS, o sistema operacional utiliza chamadas de sistema para acessar funções criptográficas e gerenciar *sockets* de rede, permitindo que o navegador estabeleça um canal seguro sobre a pilha TCP/IP.
- (C) a criptografia assimétrica utilizada no HTTPS é uma função nativa do *firmware* do roteador, o que desonera a CPU do computador cliente de realizar cálculos matemáticos complexos.
- (D) o endereçamento IP (camada de rede do modelo OSI) é o responsável por garantir a integridade dos certificados digitais, enquanto o protocolo HTTPS gerencia o endereçamento físico (*MAC Address*).
- (E) ao utilizar HTTPS, o sistema operacional desativa a memória virtual para impedir que chaves criptográficas sejam gravadas em disco (*swap*), priorizando o processamento na Unidade de Controle.

23

Um Analista de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi encarregado de adequar os sistemas corporativos às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para reduzir os riscos decorrentes de eventual incidente de segurança envolvendo dados processuais e administrativos, ele adotou duas ações distintas:

1. aplicou um algoritmo para transformar o campo "Informação Sigilosa" em um código cifrado, de modo que o conteúdo original somente possa ser acessado mediante o uso da chave apropriada; e
2. no campo "Nome da Parte", substituiu as identidades reais por códigos alfanuméricos aleatórios, mantendo a tabela de correspondência entre os códigos e as identidades em ambiente segregado e seguro, permitindo que equipes de estatística e inteligência de dados realizem análises sem identificar diretamente os indivíduos, embora a associação possa ser restabelecida pelo Tribunal quando necessário.

As técnicas aplicadas pelo analista nas ações 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) Hash Robusto e Pseudonimização.
- (B) Criptografia Assimétrica e Pseudonimização.
- (C) Criptografia Simétrica e Anonimização Irreversível.
- (D) Esteganografia e Tokenização de Sessão.
- (E) Codificação de Base64 e Criptografia de Chave Única.

24

No que diz respeito às políticas institucionais de privacidade e ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais realizado para fins de atividades jurisdicionais é isento de medidas de segurança e conformidade, as quais devem ser aplicadas exclusivamente às atividades administrativas dos tribunais.
- II. Os tribunais devem designar um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) para atuar como canal de comunicação entre o órgão, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- III. No Poder Judiciário, a responsabilidade pela segurança da informação e pela preservação da confidencialidade dos dados é atribuída exclusivamente aos servidores das unidades de Tecnologia da Informação (TI).

Está correto o que se afirma, apenas, em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

25

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina implementou um sistema eletrônico para gestão processual e atendimento ao cidadão, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional e assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Na solução adotada:

- i) dados de partes, advogados e demais usuários são coletados e utilizados para identificação, comunicação processual e tramitação dos feitos;
- ii) informações relativas à saúde, biometria e outros dados protegidos pela LGPD recebem tratamento diferenciado e maior nível de proteção;
- iii) os cidadãos podem solicitar informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável;
- iv) o Tribunal define as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados em suas atividades; e
- v) empresa contratada é responsável pelo armazenamento e processamento de dados em ambiente computacional disponibilizado ao Tribunal.

Com base nesse cenário, associe corretamente os conceitos da LGPD (Coluna I) às descrições (Coluna II):

Coluna I

Coluna II

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1. Dado pessoal 2. Dado pessoal sensível 3. Titular dos dados 4. Controlador 5. Operador | <ul style="list-style-type: none"> () Informações como nome, CPF, endereço eletrônico e telefone, utilizadas para identificar usuários dos serviços judiciais. () Empresa contratada que realiza o armazenamento e o processamento de dados em nome do Tribunal. () Pessoa física a quem os dados pessoais se referem, podendo exercer os direitos previstos na LGPD. () Informações sobre saúde, dados biométricos ou outros dados submetidos à proteção especial pela legislação. () Órgão responsável por definir as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados no sistema. |
|--|--|

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- (C) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.
- (D) 1 – 5 – 4 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 5 – 2 – 4.

Direitos Humanos e acesso à justiça

26

No Brasil, as políticas judiciárias de inclusão e cidadania são coordenadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visam a transformar o Poder Judiciário em um agente ativo na promoção de direitos fundamentais e na remoção de barreiras ao acesso à justiça.

Considerando as normas vigentes sobre essas políticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, salvo se estiverem com vestimentas e condições de higiene incompatíveis com as regras do Tribunal.
- (B) Os tribunais deverão viabilizar atendimento prioritário e desburocratizado às pessoas em situação de rua, não se conferindo atendimento especial a qualquer pessoa, ainda que caracterizada como LGBTQUIA+ ou migrantes.
- (C) Entende-se como mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, as mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, salvo as mulheres trans e travestis.
- (D) A Resolução 497/2023 do CNJ instituiu, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, à exceção do Supremo Tribunal Federal, o Programa “Transformação”, para fomentar a adoção de políticas afirmativas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho de mulheres de grupos vulneráveis.
- (E) O Programa “Transformação” consiste na reserva, pelos Tribunais e Conselhos, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

27

Os direitos humanos foram consolidados no Brasil mediante a Constituição Federal de 1988, que adotou a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III) como fundamento da República e garantiu a igualdade (Art. 5º) sem distinções. Esses princípios norteiam o Estado Democrático de Direito, assegurando proteção contra arbítrios, além de direitos fundamentais, sociais e mecanismos de inclusão.

Considerando as disposições constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, não sendo garantida a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo adentrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou noite, por determinação judicial.
- (C) O sigilo da correspondência é inviolável, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, ainda que armados, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ou de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

28

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção dos direitos fundamentais decorre tanto das normas constitucionais quanto dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Além disso, os direitos e as garantias fundamentais possuem aplicação imediata, nos termos da Constituição Federal, independentemente de regulamentação para produzirem efeitos.

Considerando as disposições da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os tratados de direitos humanos ratificados após a Emenda Constitucional nº 45/2004 com quórum qualificado (dois quintos, dois turnos, duas casas) equivalem a emendas constitucionais.
- (B) O Supremo Tribunal Federal não admite a utilização do Pacto de São José da Costa Rica para servir de fundamentos a determinadas decisões, como no caso da prisão civil do depositário infiel.
- (C) Os tratados de direitos humanos ratificados pelo rito comum, por maioria absoluta, possuem hierarquia superior à das leis ordinárias e inferior à da Constituição Federal.
- (D) Os juízes brasileiros devem verificar se as leis internas estão em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos, priorizando a norma mais favorável.
- (E) Ainda que haja inércia de autoridades estaduais, não é permitido à Justiça Federal assumir a competência para processar e julgar casos de graves violações de direitos humanos.

29

O acesso à justiça é direito fundamental, preceituado no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, que garante a inafastabilidade da jurisdição. Trata-se de garantia sustentada pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando o devido processo legal.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a todos, desde que haja o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) a Constituição Federal veda que haja juízo ou tribunal de exceção, salvo em época de guerra ou estado de sítio decretado.
- (C) ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença penal condenatória em Diário Oficial, lançado o nome no rol dos culpados.
- (D) a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, sendo possível que direito adquirido seja alterado por regra resultante de Emenda Constitucional, posterior.
- (E) é a todos assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

30

A ordem jurídica brasileira prevê mecanismos específicos de proteção destinados à promoção da igualdade e à prevenção de discriminações contra grupos vulneráveis.

Considerando a Constituição Federal, a legislação vigente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) É obrigação do poder público assegurar à pessoa idosa, diversas garantias, entre elas, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo o exercício do direito à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- (C) Nos processos seletivos para ingresso nos cursos de instituições de ensino superior, deve haver atendimento preferencial à pessoa com deficiência, não sendo possível conceder dilação de tempo.
- (D) A Constituição Federal protege a liberdade de consciência e de crença, não sendo assegurada a assistência religiosa aos praticantes de quaisquer religiões, internados em hospitais públicos, diante da laicidade do Estado.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, por não equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, não permite aplicar à homofobia as sanções previstas na Lei nº 7.716/1989.

Conhecimentos Específicos

Projeto Arquitetônico, Urbanismo e Inserção Territorial

31

O Guia de Medidas de Moderação de Tráfego (2024), da Secretaria Nacional de Trânsito, classifica as medidas de moderação de tráfego conforme sua forma de atuação no espaço viário, incluindo: deflexões verticais, deflexões horizontais, estreitamento de vias e tratamento de superfícies.

Considerando essa classificação, relacione as medidas de moderação de tráfego às respectivas categorias.

1. Ilha de refúgio de pedestres
 2. Pavimento colorido
 3. Interseção elevada
 4. Chicana
- () Deflexões verticais
 - () Deflexões horizontais
 - () Estreitamento de vias
 - () Tratamento de superfícies

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada:

- (A) 2 – 4 – 1 – 3.
- (B) 3 – 4 – 1 – 2.
- (C) 1 – 3 – 4 – 2.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 3 – 1 – 2 – 4.

32

O debate sobre o direito à cidade evidencia profundas contradições entre a produção do espaço urbano e a lógica de valorização do capital.

Considerando o pensamento teórico de David Harvey sobre a organização das cidades, a apropriação do espaço urbano e as desigualdades produzidas pela dinâmica capitalista, marque a opção que melhor representa sua abordagem.

- (A) A produção do espaço e dos monopólios espaciais tornam-se parte integrante da dinâmica da acumulação, em virtude da natureza mesma dos espaços e lugares criados e produzidos em que esses movimentos ocorrem.
- (B) A organização do espaço urbano é determinada principalmente por decisões individuais e escolhas racionais dos agentes, sendo o mercado capaz de equilibrar de forma eficiente o acesso à cidade.
- (C) As desigualdades socioespaciais decorrem fundamentalmente de falhas institucionais e de governança, e não da lógica estrutural do capitalismo.
- (D) A configuração das cidades resulta prioritariamente de práticas culturais e interações cotidianas, sendo secundária a influência das dinâmicas econômicas na produção do espaço.
- (E) O Estado atua como agente neutro na organização do espaço urbano, garantindo condições equitativas de acesso à cidade independentemente das relações de mercado.

33

As reflexões de Jane Jacobs, apresentadas especialmente na obra *Morte e Vida das Grandes Cidades*, abordam a relação entre forma urbana, usos do solo e dinâmica social nas cidades.

Com base nessas reflexões, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo Jacobs, os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua.
- II. O princípio que constitui o cerne da argumentação de Jacobs é a necessidade que as cidades têm de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social.
- III. A setorização urbana, ao organizar funções de forma eficiente, constitui um dos princípios defendidos por Jacobs para promover a vitalidade das cidades.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

A urbanização brasileira é marcada por desigualdades socioespaciais relacionadas à exclusão e à ausência de políticas urbanas eficazes. Ao analisar os processos de produção da moradia popular, Ermínia Maricato destaca que: *“a maioria da população resolve seu problema de habitação nas cidades do Brasil através da autoconstrução, sem licença municipal, sem observar a legislação urbanística. Essa ocupação ocorre, muitas vezes, em áreas ambientalmente frágeis ou periféricas, pois a terra urbanizada e valorizada permanece, em grande parte, sob controle do mercado. Tem direito à cidade quem pode pagar.”*

Com base no trecho e no pensamento da autora, analise as afirmativas a seguir.

- I. A autoconstrução é apresentada como estratégia de acesso à moradia para a população excluída do mercado formal, evidenciando processos de segregação da estrutura funcional da cidade.
- II. A ocupação de áreas ambientalmente frágeis ocorre de forma aleatória, sem relação com a dinâmica do mercado imobiliário urbano, permitindo a livre apropriação do solo urbano para a produção de moradia popular.
- III. A periferação da moradia popular está associada à disponibilidade de terras desvalorizadas, distantes de infraestrutura e serviços urbanos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

35

O trecho a seguir, extraído de uma entrevista, apresenta uma reflexão sobre a relação entre forma urbana, escala humana, percepção e comportamento dos usuários do espaço construído.

“No passado, as cidades eram construídas para as pessoas, em uma escala humana, que eu chamo de arquitetura a cinco quilômetros por hora. Isso significa espaços menores, sinalizações menores, à altura do nosso olhar. Uma arquitetura sensual. Mas, de repente, surgiu a necessidade de se produzir arquitetura a sessenta quilômetros por hora, com espaços grandes, sinalizações grandes, com quase ou nenhuma atenção para o detalhe. Afinal, nesse contexto, nem conseguimos enxergar as pessoas. Eu penso que essa arquitetura a sessenta quilômetros por hora nos confundiu profundamente, levando-nos a esquecer a arquitetura a cinco quilômetros por hora e a escala humana.”

PISEAGRAMA, Belo Horizonte, seção Extra!

A fala corresponde às concepções de

- (A) Le Corbusier, autor de *Urbanismo*.
- (B) Francis Keré, autor de *Radically Simple*.
- (C) Aldo Rossi, autor de *A arquitetura da cidade*.
- (D) Jan Gehl, autor de *Cidades para Pessoas*.
- (E) Lúcio Costa, autor de *Registro de uma Vivência*.

36

A Lei nº 6.766/79 dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Brasil e estabelece normas para loteamentos, desmembramentos e infraestrutura básica, visando ao desenvolvimento urbano ordenado.

De acordo com a referida lei, uma das diferenças entre loteamento e desmembramento é que

- (A) no loteamento, a gleba é subdividida em lotes destinados à edificação, com a abertura de novas vias de circulação, e no desmembramento são realizadas apenas modificações ou ampliações das vias existentes.
- (B) no loteamento, a gleba é subdividida em lotes destinados à edificação, com a abertura de novas vias de circulação, enquanto, no desmembramento, o sistema viário existente é aproveitado, sem qualquer modificação.
- (C) no desmembramento, a gleba é subdividida em lotes destinados à edificação, com a abertura de novas vias de circulação, enquanto no loteamento, o sistema viário existente é aproveitado, sem qualquer modificação.
- (D) no desmembramento, o sistema viário existente é aproveitado sem qualquer modificação, enquanto no loteamento, só é permitido o prolongamento de logradouros públicos, sem a abertura de novas vias de circulação.
- (E) no loteamento, a gleba é subdividida em lotes destinados à edificação, com a abertura de novas vias de circulação, enquanto no desmembramento, só é permitido o prolongamento de logradouros públicos, sem a abertura de novas vias de circulação.

37

No desenvolvimento de projetos geométricos viários, a definição de parâmetros depende da adoção de referências técnicas que permitam compatibilizar as condições de circulação com segurança e desempenho adequado. Nesse contexto, diferentes critérios podem ser utilizados para representar os veículos que utilizam a via.

Por veículo de projeto, entende-se

- (A) o veículo teórico de certa categoria, cujas características físicas e operacionais representam uma envoltória das características da maioria dos veículos existentes nessa categoria.
- (B) o veículo com maior ocupação de passageiros, adotado como referência para o dimensionamento geométrico da via.
- (C) o menor veículo existente em determinada categoria, adotado para garantir condições mínimas de operação da via.
- (D) um modelo idealizado cujas dimensões correspondem à média aritmética das dimensões dos veículos da categoria predominante.
- (E) o veículo com maior capacidade de carga dentro de uma categoria, utilizado para maximizar a eficiência do sistema viário.

38

A reflexão sobre a relação entre espaço público e privado tem sido um tema de relevância no debate arquitetônico contemporâneo. Herman Hertzberger, em sua obra “Lições de Arquitetura”, critica modelos de arquiteturas e urbanismos que separam rigidamente o conceito de público e de privado, e sugere que esses conceitos sejam vistos e compreendidos como um conjunto de qualidades espaciais que se diferem gradualmente em relação ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas.

Considerando o pensamento de Hertzberger, assinale a opção que apresenta corretamente a relação entre o elemento e sua função no espaço.

- (A) O acesso se configura como um limite rígido de controle entre público e privado, impedindo gradações espaciais.
- (B) Os espaços intermediários são áreas residuais do projeto, sem função definida, resultantes apenas de sobras entre espaços principais.
- (C) A rua é compreendida prioritariamente como infraestrutura de circulação, devendo evitar permanência e interações sociais.
- (D) As demarcações territoriais devem ser propostas de forma a garantir limites rígidos entre o espaço público e o privado.
- (E) A soleira fornece a chave para a transição e a conexão entre as áreas com demarcações territoriais divergentes e constitui a condição espacial para o encontro e diálogo entre áreas.

39

Com base nas competências estabelecidas pela Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana para os entes federativos, analise as atribuições a seguir.

- I. Propor política tributária específica e incentivos voltados à implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- II. Planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano.
- III. Capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana no âmbito local.

São atribuições dos Municípios o que está indicado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

Em “A Imagem da Cidade”, Kevin Lynch examina a qualidade visual da cidade por meio do estudo da imagem mental que dela fazem os seus habitantes. O autor se concentra em uma qualidade visual específica, a “legibilidade” aparente da paisagem das cidades, que trata do quanto as partes de uma cidade podem ser reconhecidas e estruturadas num modelo coerente.

O autor define cinco elementos principais que estruturam a imagem urbana. São eles:

- (A) vias, limites, bairros, pontos nodais e paisagem.
- (B) vias, limites, bairros, marcos e centralidades.
- (C) vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos.
- (D) limites, bairros, marcos, pontos nodais e hierarquia viária.
- (E) limites, bairros, pontos nodais, marcos e centralidades.

41

A Nova Agenda Urbana estabelece compromissos e diretrizes para promover o desenvolvimento urbano sustentável, incluindo princípios relacionados à mobilidade urbana, ao planejamento territorial e ao acesso equitativo à cidade.

Considerando os princípios e compromissos previstos na Nova Agenda Urbana, analise as diretrizes a seguir.

- I. Promoção da mobilidade urbana sustentável, com priorização da mobilidade de pedestres e ciclistas sobre o transporte motorizado privado.
- II. Planejamento melhor e mais coordenado dos transportes e do uso e ocupação do solo, com redução das necessidades de viagens e de transporte, melhorando a conectividade entre áreas urbanas.
- III. Promoção de um desenvolvimento urbano orientado ao trânsito equitativo, que minimize os deslocamentos, especialmente dos mais pobres, e garanta moradia acessível, diversidade de renda e acesso a empregos e serviços.

São compromissos da Nova Agenda Urbana o que está apresentado em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

De acordo com o Estatuto da Cidade, que estabelece normas de ordem pública e interesse social a partir do regulamento do uso da propriedade urbana, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante algumas diretrizes.

Marque a afirmativa que apresenta corretamente uma diretriz da política urbana prevista no Estatuto das Cidades.

- (A) Planejamento do desenvolvimento das cidades, de modo a manter e distribuir, equitativamente, as possíveis distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.
- (B) Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido apenas como o direito à terra urbana e à moradia, sendo o saneamento ambiental e a infraestrutura urbana objetos de outro instrumento ordenador das cidades.
- (C) Centralização da tomada de decisões sobre o desenvolvimento urbano pelo Poder Público municipal, com participação popular sem caráter deliberativo nos processos de planejamento, execução e acompanhamento das políticas urbanas.
- (D) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.
- (E) Ordenação e controle do uso do solo, de forma a incentivar a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Tecnologia da Construção, Sistemas Prediais e Projeto de Edificações

43

O fabricante de uma argamassa ensacada para uso geral apresenta a seguinte informação no boletim técnico do produto: “para revestimentos de paredes (internas e externas), tetos e contrapiso, um saco de 50 kg rende, aproximadamente, 2,7 m² com espessura de 1 cm.”

Considerando o rendimento informado pelo fabricante, a quantidade de sacos de argamassa necessária para executar o emboço de uma parede de 3,5 m × 2,7 m, com espessura de 2 cm, é de

- (A) 7 sacos.
- (B) 3,5 sacos.
- (C) 2 sacos.
- (D) 1,75 sacos.
- (E) 0,5 saco.

44

A ABNT NBR 6118:2026, que trata do projeto de estruturas de concreto, apresenta diversas diretrizes específicas para pilares, incluindo pilares-parede e pilares de concreto simples.

Seguindo as orientações fornecidas pela norma sobre o dimensionamento desses elementos, analise os itens a seguir.

- I. A menor dimensão da seção transversal de pilares e pilares-parede maciços não pode ser inferior a 19 cm, podendo ser reduzida até 14 cm em casos especiais, desde que os esforços sejam majorados por um coeficiente adicional.
- II. Pilares são elementos estruturais verticais que suportam cargas predominantemente de tração.
- III. O diâmetro das barras longitudinais deve ser no mínimo 10 mm e no máximo 1/8 da menor dimensão transversal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Em sistemas prediais de água, o controle das pressões ao longo das tubulações é fundamental para garantir o bom funcionamento das instalações, evitar danos aos componentes e proporcionar conforto aos usuários. Para isso, são utilizados dispositivos específicos que atuam sobre as condições de escoamento e pressão da água em diferentes pontos do sistema.

Com base nesse contexto, assinale a opção que apresenta corretamente a definição de uma válvula redutora de pressão.

- (A) Dispositivo que limita a pressão máxima a montante por meio da dissipação de energia, atuando apenas em condições de escoamento e sem interferir na pressão estática do sistema.
- (B) Equipamento destinado a reduzir a pressão da água a jusante por meio do armazenamento temporário de volume, liberando a água de forma controlada conforme a demanda.
- (C) Equipamento que reduz a pressão dinâmica da água a jusante de determinado trecho do Sistema Predial de água fria e água quente e que impede a transmissão da pressão estática de montante para jusante na ausência de escoamento.
- (D) Equipamento que aumenta a pressão da água em trechos específicos da instalação, por meio do aumento da velocidade do escoamento, promovendo a equalização das pressões dinâmicas entre montante e jusante na ausência de escoamento.
- (E) Dispositivo que controla a pressão da água a montante, mantendo constante a vazão, a pressão e a velocidade em todos os pontos de consumo, independentemente das condições do sistema.

46

De acordo com a NBR 6492:2021, que estabelece a documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos, na etapa do Anteprojeto Arquitetônico (AP-ARQ), devem ser apresentados diferentes documentos gráficos, dentre eles a planta geral de implantação, a planta individualizada dos pavimentos, cortes e elevações.

Considerando esses documentos gráficos do AP-ARQ, relacione os termos às respectivas definições.

1. Planta Geral de Implantação
 2. Planta Individualizada dos Pavimentos
 3. Cortes
 4. Elevações
- () Planta que compreende a localização e as dimensões da edificação, indicando as dimensões do terreno, recuos, projeções da cobertura, áreas permeáveis e impermeáveis.
 - () Vista superior resultante de um plano secante horizontal, que corta a edificação em uma determinada altura.
 - () Representação gráfica em projeção vertical ortogonal de plano internos ou de elementos da edificação.
 - () Representação gráfica realizada a partir de um plano secante vertical que divide o edifício ou outro objeto em duas partes, no sentido longitudinal ou transversal.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 1 – 2 – 4 – 3.
- (C) 2 – 1 – 4 – 3.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4.
- (E) 4 – 1 – 3 – 2.

47

No Brasil, as argamassas colantes para assentamento de placas cerâmicas são classificadas em AC I, AC II e AC III, com possíveis sufixos E e/ou D, conforme critérios de desempenho definidos pela ABNT NBR 14081-1:2012.

As propriedades fundamentais e opcionais utilizadas nessa classificação são

- (A) Resistência de aderência à tração, Tempo em aberto e Deslizamento.
- (B) Resistência de aderência à tração, Resistência de aderência à compressão e Consistência.
- (C) Tempo em aberto, Deslizamento e Absorção.
- (D) Consistência, Absorção e Resistência à compressão.
- (E) Consistência, Deslizamento e Tempo em aberto.

48

No software AutoCAD (Autodesk) há um recurso que permite vincular arquivos DWG externos ao desenho atual, sem copiá-los diretamente, mantendo a referência aos arquivos originais e refletindo automaticamente as alterações realizadas. Esse recurso possibilita que múltiplos profissionais trabalhem em diferentes disciplinas de um mesmo projeto (como arquitetura, elétrica e hidráulica).

Esse recurso é viabilizado pelo comando

- (A) ARRAY.
- (B) XREF.
- (C) OFFSET.
- (D) DIV.
- (E) REGEN.

49

Os sistemas de *drywall*, ou paredes em gesso acartonado, constituem uma tecnologia de vedação interna amplamente utilizada na construção civil, caracterizada pela montagem a seco de chapas de gesso fixadas sobre estruturas leves, geralmente metálicas.

Sobre sistemas de paredes em *drywall*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em sistemas *drywall*, só é permitido embutir instalações elétricas, não sendo possível embutir instalações hidráulicas, que devem obrigatoriamente ser previstas em *shafts*.
- (B) Paredes em *drywall* podem receber cargas de uso, como armários robustos, televisores grandes e bancadas de pedra, sem checar necessidade de reforços internos.
- (C) Paredes em *drywall* podem ser executadas com geometrias curvas, desde que sejam adotadas soluções compatíveis com o sistema e de acordo com as prescrições da norma.
- (D) As paredes em *drywall* possuem apenas uma espessura padronizada, não sendo possível variar sua dimensão conforme o projeto.
- (E) O desempenho acústico das paredes em *drywall* depende da espessura das chapas de gesso, não sendo influenciado por outros componentes do sistema.

50

A incorporação de tecnologias digitais no setor da arquitetura, engenharia e construção tem promovido mudanças significativas na forma de conceber, desenvolver e gerenciar projetos.

Nesse contexto, o *Building Information Modeling* (BIM) se destaca por

- (A) oferecer soluções que possibilitam a modelagem e a visualização gráfica em 3D de uma edificação ou instalação, utilizando objetos compostos exclusivamente por informações geométricas, sem dados associados de materiais, desempenho, custos ou ciclo de vida.
- (B) eliminar completamente a necessidade de planejamento e gestão de projetos, pois o modelo digital resolve automaticamente todos os conflitos e decisões do processo construtivo.
- (C) permitir que cada disciplina (arquitetura, estrutura e instalações) trabalhe de forma integrada, sem necessidade de coordenação ou troca de informações entre os envolvidos.
- (D) aplicar-se às fases de projeto e construção, não sendo utilizável nas etapas de operação ou manutenção da edificação.
- (E) constituir um conjunto de políticas, processos e tecnologias que, combinados, geram uma metodologia para gerenciar o processo de projetar uma edificação ou instalação e ensaiar seu desempenho, gerenciar as suas informações e dados, utilizando plataformas digitais (baseadas em objetos virtuais), através de todo seu ciclo de vida.

Normas Técnicas, Acessibilidade e Segurança

51

Um terreno urbano com área de 1 hectare (10.000 m²) está submetido aos seguintes parâmetros urbanísticos: taxa de ocupação máxima de 40%, coeficiente de aproveitamento de 1,2 e gabarito de altura limitado a 4 pavimentos.

Uma construtora pretende implantar no local um conjunto de Habitação de Interesse Social (HIS), composto por unidades de 50 m², considerando a ocupação média de 4 moradores por unidade.

O Plano Diretor Municipal estabelece, para a área, densidade máxima de 500 habitantes por hectare.

Considerando simultaneamente todos os parâmetros urbanísticos e a densidade máxima permitida, assinale a opção que indica o número máximo de unidades habitacionais que pode ser implantado no terreno.

- (A) 100 unidades.
- (B) 125 unidades.
- (C) 150 unidades.
- (D) 240 unidades.
- (E) 320 unidades.

52

A ABNT NBR 9050:2020 trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, além de abordar questões relacionadas à acessibilidade emergencial, estabelecendo critérios para evacuação acessível, sinalização, áreas de resgate e segurança de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em situações de emergência.

Nesse contexto, assinale a opção que indica corretamente as características das áreas de resgate.

- (A) As áreas de resgate devem estar posicionadas no fluxo principal de circulação visando a uma maior facilidade de acesso, pelo corpo de resgate.
- (B) O módulo de referência apresenta características especiais em situações emergenciais, apresentando dimensões reduzidas em relação ao módulo de referência padrão.
- (C) A área de resgate deve garantir área mínima de circulação e manobra para rotação de 360°.
- (D) Quando as rotas de fuga incorporarem escadas de emergência, não há a obrigatoriedade de definição de áreas de resgate.
- (E) A área de resgate deve garantir área mínima de circulação e manobra para rotação de 180°.

53

Em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146 destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã.

Sobre o direito à moradia digna, analise as afirmativas a seguir.

- I. Residências inclusivas são unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), destinadas às pessoas com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.
- II. Em programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, deve ser garantida a reserva de, no mínimo, 6% das unidades habitacionais para pessoas com deficiência.
- III. Em caso de edificação multifamiliar de programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a adaptação razoável pode ser adotada como alternativa à acessibilidade em pisos superiores.

Está de acordo com a Lei nº 13.146 o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

Embora a ABNT NBR 9050 trate dos desníveis em rotas acessíveis, a Instrução Normativa CBMSC nº 09/2024 estabelece critérios próprios para rotas de saída de emergência, em alguns casos mais restritivos.

Com base no Art. 9º da IN CBMSC nº 09/2024, é correto afirmar que, se o desnível

- (A) for menor que 5 mm, pode ser desconsiderado.
- (B) estiver entre 5 e 10 mm, pode ser desconsiderado, desde que o piso tenha coeficiente de atrito menor que 0,5.
- (C) estiver entre 10 e 50 mm, deve ter inclinação máxima de 50 % (1:2).
- (D) for entre 5 e 60 cm, deve ser vencido por rampa.
- (E) for maior ou igual (≥) a 60 cm, deve obrigatoriamente ser considerado o uso de degraus.

55

A Instrução Normativa CBMSC nº 04/2024 estabelece procedimentos para a manutenção dos Sistemas e Medidas de Segurança Contra Incêndio e Pânico (SMSCI) em imóveis sujeitos à fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Com base nessa normativa, analise as afirmativas a seguir.

- I) As portas corta-fogo podem ser mantidas abertas por meio de calços, a fim de evitar o desgaste do mecanismo de fechamento automático.
- II) O sistema de detecção e alarme de incêndios é um sistema de segurança muito importante para a edificação, pois sua principal função é alertar aos usuários sobre uma situação de emergência. Por isso, falsos alarmes são importantes para manter os usuários da edificação alertas e devem ser feitos periodicamente.
- III) Quanto ao sistema hidráulico preventivo, o acionamento do sistema, com abertura de um hidrante, deve ser realizado pelo menos uma vez por ano, seja durante exercícios simulados ou conforme definido no plano de emergência do imóvel.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

O Desenho Universal é um conceito que propõe a criação de espaços que possibilitem sua utilização sem a necessidade de adaptação, garantindo condições igualitárias de uso a todos.

A esse respeito, assinale a opção que apresenta apenas princípios que estão de acordo com o conceito de Desenho Universal.

- (A) Dimensão antropométrica e acessibilidade operacional.
- (B) Baixo esforço físico e flexibilidade de uso.
- (C) Adaptabilidade estrutural e flexibilidade espacial.
- (D) Uso técnico especializado e segurança preventiva.
- (E) Uso coletivo e circulação ampliada.

57

De acordo com a Instrução Normativa CBMSC nº 09, as saídas de emergência têm como propósito proporcionar às pessoas a saída segura, rápida e eficaz dos imóveis em caso de emergência.

Assinale a opção que indica apenas elementos que podem compor a saída de emergência.

- (A) Rota de fuga horizontal; antecâmara; elevador de emergência; área de refúgio.
- (B) Escada enclausurada; descarga; área de refúgio; elevador social.
- (C) Corredor de circulação comum; shaft de instalações; descarga; casa de máquinas.
- (D) Elevador de emergência; escada rolante; antecâmara; porta corta-fogo automática giratória.
- (E) Rampa; hidrante de parede; descarga; corredor técnico.

58

Com o objetivo de garantir condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o Decreto Federal nº 5.296/2004 estabeleceu o conceito de barreira como *qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação*.

De acordo com o decreto, as barreiras podem ser

- (A) arquitetônicas, ambientais, viárias e digitais.
- (B) urbanísticas, habitacionais, estruturais e paisagísticas.
- (C) físicas, tecnológicas, administrativas e operacionais.
- (D) arquitetônicas, urbanas, institucionais e de sinalização.
- (E) urbanísticas, nas edificações, nos transportes, nas comunicações e informações.

59

A acessibilidade arquitetônica e urbanística é essencial à inclusão social. Em um festival de grande porte em Florianópolis, a imprensa relatou problemas como ausência de fila preferencial, distância da sala sensorial e superlotação de espaços destinados a pessoas com deficiência, indicando dificuldades de acesso, circulação e permanência.

Com base na situação descrita, analise as afirmativas a seguir.

- I. A disponibilização de espaços específicos para pessoas com deficiência, como áreas reservadas e salas sensoriais, atende aos princípios da acessibilidade quando assegura condições diferenciadas de uso, ainda que implique percursos mais extensos, desde que não inviabilize o acesso.
- II. A garantia de atendimento prioritário deve assegurar não apenas sua previsão formal, mas sua efetiva operacionalização, de modo que sua ineficácia prática pode configurar restrição ao direito de acesso em igualdade de condições.
- III. A inadequação quantitativa de espaços destinados a pessoas com deficiência, evidenciada por superlotação, pode caracterizar barreira que compromete o uso equitativo do ambiente, mesmo quando tais espaços estão formalmente previstos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

60

Em um projeto de requalificação urbana de uma praça pública, a equipe responsável especificou rotas acessíveis contínuas entre os pontos de ônibus, áreas de permanência e equipamentos de lazer. O projeto também previu piso tátil direcional, rampas com inclinação adequada, rebaixamento de guias e largura compatível para circulação de cadeiras de rodas, conforme parâmetros normativos aplicáveis.

A solução apresentada demonstra a aplicação do conceito de

- (A) padronização estética do mobiliário urbano, para qualificação visual da paisagem.
- (B) flexibilização funcional dos espaços urbanos, para ampliação das áreas de convivência coletiva.
- (C) setorização do espaço urbano, baseada na hierarquização do sistema viário local.
- (D) acessibilidade arquitetônica e urbanística, voltada à utilização segura e autônoma dos espaços públicos.
- (E) racionalização construtiva, destinada à redução de custos de implantação e manutenção.

Sustentabilidade, Paisagismo e Meio Ambiente

61

As Soluções Baseadas na Natureza (SbN) vêm sendo incorporadas ao planejamento urbano como estratégias para enfrentar desafios relacionados às mudanças climáticas, à resiliência urbana e à qualidade de vida. Nesse contexto, aspectos como governança, participação social e justiça socioambiental são considerados fundamentais para a efetividade dessas soluções, especialmente em áreas urbanas vulnerabilizadas.

Com base nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A governança de projetos de SbN deve priorizar a condução técnico-institucional, sendo a participação social recomendada apenas em caráter consultivo, a fim de evitar interferências na eficiência das soluções propostas.
- (B) A participação social em projetos de SbN é mais relevante na fase de concepção, tornando-se secundária nas etapas de implementação e monitoramento, devido à predominância de requisitos técnicos nessas fases.
- (C) A promoção da justiça socioambiental em SbN está diretamente associada à provisão de benefícios ambientais, independentemente da forma como os diferentes grupos sociais participam dos processos decisórios.
- (D) A aplicação de SbN em diferentes contextos urbanos pode prescindir de adaptações locais, desde que sejam adotadas tipologias consolidadas e com desempenho previamente comprovado.
- (E) A participação social ao longo de todas as etapas dos projetos de SbN, incluindo concepção, implementação e monitoramento, contribui para sua adequação às realidades locais e para a promoção da justiça socioambiental.

62

As estratégias passivas de conforto ambiental aplicadas ao projeto são fundamentais para garantir a harmonia entre o ambiente natural e o espaço construído.

Sobre as estratégias passivas de conforto térmico, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ventilação natural corresponde ao ar acumulado no interior do ambiente, e depende das características térmicas da envoltória da edificação.
- (B) A inércia térmica corresponde ao amortecimento e ao atraso da onda de calor, e depende das características térmicas da envoltória da edificação.
- (C) O resfriamento evaporativo reduz a temperatura interna por meio da evaporação da água, diminuindo a umidade relativa do ar, dependendo principalmente da alta inércia térmica da envoltória da edificação.
- (D) O *brise-soleil* corresponde a uma segunda camada de proteção térmica, que deve ser instalada apenas em superfícies opacas e maciças, e depende das características térmicas da envoltória da edificação.
- (E) O efeito chaminé corresponde à diferença de altura das aberturas, que devem ser instaladas apenas no teto, e depende das características térmicas da envoltória da edificação.

63

A Lei nº 12.305/2010 apresenta a seguinte definição:

Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

O trecho refere-se ao conceito de

- (A) gestão integrada de resíduos sólidos.
- (B) reciclagem.
- (C) reuso.
- (D) logística reversa.
- (E) reutilização.

64

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um apelo universal à ação para enfrentar os principais desafios do desenvolvimento sustentável, equilibrando dimensões social, econômica e ambiental.

Embora seja um tema transversal a diferentes ODS, a questão da habitação é tratada de forma bem direta em um dos objetivos.

Assinale a opção que indica corretamente o ODS que aborda de forma direta e específica a questão da habitação.

- (A) ODS 1 – Erradicação da pobreza, ao reconhecer a moradia como componente essencial das condições mínimas de subsistência.
- (B) ODS 3 – Saúde e bem-estar, ao relacionar condições de moradia à salubridade e à qualidade de vida da população.
- (C) ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, ao incluir explicitamente a meta de acesso à habitação adequada, segura e a preço acessível.
- (D) ODS 6 – Água potável e saneamento, ao prever o acesso universal à infraestrutura básica indispensável à habitação digna.
- (E) ODS 10 – Redução das desigualdades, ao considerar a segregação socioespacial como expressão das desigualdades urbanas.

65

A eficiência energética em edificações envolve um conjunto de estratégias e práticas voltadas à redução do consumo de energia, sem prejuízo do desempenho e do conforto dos usuários. Para isso, diferentes instrumentos são utilizados ao longo do ciclo de vida do edifício, desde a fase de projeto até a operação, com funções distintas, porém complementares.

Relacione os termos a seguir às respectivas definições.

1. Comissionamento
 2. Gestão energética em edifícios
 3. Monitoramento do desempenho energético
 4. Diagnóstico energético
- () Processo de análise do uso de energia em uma edificação, com o objetivo de identificar consumos significativos e oportunidades de melhoria do desempenho energético.
- () Acompanhamento contínuo de dados de consumo e variáveis associadas, por meio de medições e indicadores, permitindo avaliar o comportamento energético dos sistemas.
- () Processo estruturado de organização de pessoas, procedimentos e ferramentas para planejar, controlar e melhorar continuamente o uso de energia na edificação.
- () Processo de verificação e ajuste dos sistemas prediais, desde a concepção até a operação inicial, garantindo que funcionem conforme os requisitos de projeto.

A sequência correta, na ordem apresentada, é

- (A) 4 – 3 – 2 – 1.
 (B) 2 – 4 – 3 – 1.
 (C) 4 – 3 – 1 – 2.
 (D) 2 – 3 – 4 – 1.
 (E) 2 – 1 – 3 – 4.

Planejamento, Orçamento e Gestão de Obras

66

O cronograma físico-financeiro é uma ferramenta de gestão utilizada na construção civil que integra as dimensões do planejamento de obras, permitindo que os gestores acompanhem o progresso e evitem surpresas financeiras.

A esse respeito, é correto afirmar que o cronograma físico-financeiro

- (A) controla os custos da obra sem relacioná-los ao andamento físico dos serviços, garantindo o planejamento e o controle das atividades no intervalo de tempo escolhido para controle.
- (B) fornece uma representação detalhada e organizada da sequência das atividades, garantindo o progresso do projeto e não contempla a fase de obra.
- (C) integra as datas de início e término sequenciais das atividades, permitindo o planejamento e o controle dos custos da obra, com ênfase na gestão dos custos indiretos ao longo do cronograma físico-financeiro, desconsiderando a alocação dos custos diretos às etapas executivas.
- (D) integra o avanço físico da obra com o desembolso global, de modo que seja possível relacionar o fluxo de recursos com a sequência das atividades.
- (E) representa a distribuição dos serviços e dos respectivos desembolsos financeiros ao longo do tempo, permitindo o planejamento, o acompanhamento e o controle da execução.

67

O Custo Unitário Básico (CUB) é um parâmetro definido pela NBR 12.721:2021 que representa o custo por metro quadrado de construção do projeto-padrão.

Com base nessa norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. O CUB representa o custo parcial da obra, sendo desconsiderados, por exemplo, os custos das fundações, submuramentos, obras, serviços complementares e projetos.
- II. Projeto-padrão são projetos selecionados para representar os diferentes tipos de edificações, que são usualmente objeto de incorporação, sendo definidos por suas características principais, tais como número de dependências por unidade e padrão de acabamento da construção.
- III. O CUB pode ser utilizado como valor definitivo para elaboração do orçamento detalhado de uma obra, dispensando a necessidade de levantamento quantitativo e composição de custos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

68

A fim de fazer o planejamento de um dia de trabalho de execução de uma alvenaria com blocos cerâmicos de 9x19x19 cm, foram consideradas as seguintes informações do Caderno Técnico de Composições SINAPI:

Código	Descrição da composição	Unidade
103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²

Código	Descrição	Unidade	Coefficiente
88316	Servente com encargos complementares	h	0,80
88309	Pedreiro com encargos complementares	h	1,60

Fonte: SINAPI (2026)

Com esses dados, assinale quantos metros quadrados 1 (um) pedreiro e 1 (um) servente conseguem executar em um dia com 8 horas de trabalho líquidas.

- (A) 6,66 m².
 (B) 20 m².
 (C) 10 m².
 (D) 5 m².
 (E) 3,33 m².

69

O SINAPI é o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, ele é uma base de referência oficial utilizada no Brasil para orçamento, planejamento e controle de obras públicas e privadas.

Com relação aos conceitos e metodologias do SINAPI, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os insumos são e os materiais de construção utilizados na execução de uma obra, não incluindo mão de obra ou equipamentos, sendo suficientes para a elaboração direta do orçamento, sem necessidade de composição de custos no SINAPI.
- (B) Os insumos são elementos básicos da construção civil, constituídos de materiais, equipamentos e mão de obra, utilizados no SINAPI nas composições que, por sua vez, são um conjunto de informações que apresentam os insumos com seus respectivos coeficientes, necessários para a execução de uma unidade de serviço.
- (C) A composição de custos corresponde ao valor final da obra, obtido pela soma direta dos insumos necessários, dispensando a utilização de coeficientes de consumo ou referências de produtividade no SINAPI.
- (D) As composições de custos são formadas pelos insumos da construção civil, entretanto, não utilizam coeficientes de produtividade, sendo baseadas apenas em valores médios de mercado atualizados periodicamente pelo SINAPI.
- (E) Os insumos são conjuntos de informações utilizados nas composições básicas de custos, contendo coeficientes de produtividade responsáveis pela definição do valor final da obra.

70

A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), instituída pela Lei nº 11.888/2008, garante às famílias de baixa renda o acesso a serviços técnicos especializados na área de habitação. Esses serviços envolvem diferentes etapas e profissionais, conforme previsto na legislação.

Com base nessa lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito à assistência técnica abrange os trabalhos de projeto, não incluindo o acompanhamento e a execução da obra pelos profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.
- (B) O direito à assistência técnica abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra, porém restritos aos profissionais de Arquitetura, não contemplando Urbanismo e Engenharia.
- (C) O direito à assistência técnica abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra, realizados por profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia necessários à edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.
- (D) O direito à assistência técnica abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra, mas se limita à construção de novas edificações, não se aplicando à reforma, ampliação ou regularização fundiária.
- (E) A assistência técnica só pode ser oferecida diretamente às famílias, não podendo ser por meio de cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

71

Um projeto é composto por 6 atividades, identificadas de A a F. A tabela a seguir apresenta a duração de cada atividade (em dias) e suas respectivas relações de precedência.

Atividade	Duração (dias)	Predecessoras
A	2	—
B	4	—
C	3	A
D	5	A
E	4	B, C
F	2	D, E

Considerando que todas as atividades devem ser concluídas, assinale a opção que indica corretamente a duração total mínima do projeto.

- (A) 11 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 9 dias.
- (D) 14 dias.
- (E) 20 dias.

72

O Programa Reforma Casa Brasil, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo oferecer crédito facilitado para a realização de reformas em moradias, buscando melhorar as condições de habitabilidade, segurança, conforto e saúde das famílias. De acordo com a cartilha oficial do programa, existem critérios relacionados ao tipo de imóvel, à localização e à forma de ocupação da moradia.

Com base nas diretrizes do Programa Reforma Casa Brasil, é correto afirmar que

- (A) ele permite financiar reformas em imóveis localizados em áreas rurais, desde que sejam utilizados como moradia principal da família.
- (B) o financiamento pode ser concedido para imóveis situados próximos a rios ou córregos, desde que não haja histórico recente de enchentes.
- (C) ele possibilita reformas em imóveis localizados em áreas urbanas, inclusive quando utilizados simultaneamente como moradia e local de trabalho.
- (D) o financiamento é permitido para imóveis localizados em áreas com risco de deslizamento, desde que o morador assine um termo de responsabilidade.
- (E) ele exige que o imóvel esteja obrigatoriamente em nome do beneficiário, não sendo permitido financiar reformas em imóveis alugados ou emprestados.

Gestão Urbana, Políticas Públicas e Instrumentos Urbanísticos

73

Uma piscina retangular será executada em um terreno por meio de escavação mecânica. O projeto prevê dimensões internas de 12 m de comprimento, 6 m de largura e 2,5 m de profundidade. O solo local foi classificado como argiloso, apresentando empolamento de 30% após a escavação. O material escavado será transportado por caminhões basculantes com capacidade volumétrica de 12 m³ por viagem.

Considerando que todo o material escavado deverá ser removido do terreno, assinale a opção que indica corretamente o número mínimo de viagens de caminhão necessárias para o transporte do solo.

- (A) 10.
- (B) 11.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 20.

74

De acordo com os princípios estabelecidos na Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, as cidades inteligentes devem ser compreendidas como aquelas que utilizam tecnologias digitais para

- (A) maximizar a automação dos serviços urbanos, independentemente da participação social.
- (B) ampliar a automação de serviços e integração de dados, com foco tecnocrático na otimização operacional da gestão urbana.
- (C) aumentar a produtividade, a eficiência de mercado e o desempenho econômico das atividades urbanas.
- (D) priorizar investimentos em infraestrutura tecnológica como principal estratégia de desenvolvimento urbano.
- (E) orientar a gestão urbana com base em dados, garantindo transparência, participação e inclusão social.

75

Embora a arborização urbana seja reconhecida como importante estratégia ambiental e climática para as cidades brasileiras, ainda existem grandes desigualdades na distribuição de árvores nas áreas urbanas do país, conforme indicam os dados extraídos da pesquisa *Características urbanísticas do entorno dos domicílios* (Censo Demográfico 2022 IBGE, 2025), apresentados na tabela a seguir.

Moradores em domicílios particulares permanentes ocupados em face com arborização

Número de árvores	Número de moradores	Porcentagem de moradores
Nenhuma	58.741.130	33,7%
1 a 2 árvores	35.607.738	20,4%
3 a 4 árvores	23.478.089	13,5%
5 ou mais árvores	55.839.767	32,1%
Sem informações	486.909	0,3%

Fonte: IBGE (2025)

Com base nesse diagnóstico, assinale a opção que indica corretamente o plano lançado pelo Governo Federal em 2025, voltado à ampliação da cobertura arbórea urbana, e fundamentado em dados do IBGE como os apresentados na tabela.

- (A) Plano Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável (PNMUS).
- (B) Plano Nacional de Infraestrutura Ambiental Urbana (PNIAU).
- (C) Programa Nacional de Sustentabilidade das Cidades (PNSC).
- (D) Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU).
- (E) Plano Brasileiro de Recuperação Ambiental das Cidades (PBRAC).

76

Mobilidade urbana é a capacidade de realização de deslocamentos nas cidades e áreas urbanizadas. Muito mais do que um sistema, a mobilidade urbana deve ser entendida como um conjunto de elementos estruturantes do espaço urbano, profundamente ligados à forma da cidade, às práticas sociais e às desigualdades.

Sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Lei nº 12.587/2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Promover a integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos.
- (B) Restringir a acessibilidade universal às áreas de maior densidade populacional, visando à maior eficiência operacional dos sistemas de mobilidade.
- (C) Priorizar modos de transporte motorizados, visando à maior capacidade de transporte por quilômetro percorrido.
- (D) Separar o planejamento da mobilidade urbana das políticas de uso e ocupação do solo, de modo a garantir maior autonomia técnica aos sistemas de transporte.
- (E) Promover a igualdade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo.

77

O Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) é constituído pela integração entre o cadastro territorial e os cadastros temáticos, estruturados de forma a permitir o compartilhamento e a interoperabilidade de informações sobre o território.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O cadastro territorial corresponde ao inventário oficial e sistemático das parcelas que compõem o território municipal.
- () Os cadastros temáticos são gerenciados por diferentes órgãos ou entidades, públicas ou privadas, e compreendem conjuntos de dados associados às parcelas, relativos a aspectos específicos do território.
- () Entre os aspectos contemplados pelos cadastros territorial incluem-se informações de natureza social, ambiental, habitacional, de infraestrutura, de equipamentos urbanos e tributária, entre outras.
- () O cadastro temático deve constituir a base geométrica de referência para a organização e integração dos cadastros territoriais do município.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – V – V – V.

78

Nas últimas décadas, a expansão urbana brasileira evidenciou limitações da legislação tradicional de parcelamento do solo urbano, especialmente diante do crescimento periférico acelerado, da informalidade habitacional e das dificuldades de acesso da população de baixa renda à cidade formal.

Ao mesmo tempo, programas habitacionais de grande escala foram criticados pela implantação de conjuntos residenciais em áreas periféricas e pouco integradas à malha urbana consolidada.

Considerando esse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei nº 6.766/1979 mantém-se adequada às dinâmicas urbanas contemporâneas, sendo desnecessária a adoção de instrumentos complementares de regularização fundiária e inclusão territorial.
- (B) O crescimento urbano desordenado e a insuficiência histórica das políticas habitacionais contribuíram para a expansão de assentamentos informais, exigindo instrumentos de regularização fundiária e políticas urbanas integradas que articulem moradia, mobilidade, infraestrutura e acesso a oportunidades urbanas.
- (C) A implantação de conjuntos habitacionais populares em áreas periféricas, ainda que distantes de empregos, equipamentos públicos e infraestrutura urbana, garante automaticamente o direito à cidade e à inclusão social dos moradores.
- (D) A regularização fundiária restringe-se à emissão de títulos de propriedade, não dispondo sobre melhorias urbanísticas, ambientais ou sociais nos assentamentos informais.
- (E) O principal objetivo da legislação de parcelamento do solo urbano é ampliar a expansão periférica das cidades, favorecendo a ocupação de áreas cada vez mais afastadas dos centros urbanos consolidados.

79

Em um levantamento planialtimétrico realizado na escala 1:2.000, foram identificadas duas curvas de nível consecutivas com equidistância vertical de 2,0 m. A distância horizontal medida no desenho entre essas duas curvas é de 0,5 cm.

Considerando que o terreno apresenta declividade uniforme entre essas curvas, assinale a opção que indica corretamente a inclinação do terreno em porcentagem.

- (A) 25%.
- (B) 20%.
- (C) 2%.
- (D) 2,5%.
- (E) 40%.

80

A formulação de políticas públicas urbanas envolve a definição de estratégias de intervenção no território, considerando diferentes graus de transformação do espaço urbano e suas implicações sociais, ambientais e funcionais. Nesse contexto, a NBR 16.636-3 estabelece conceitos técnicos que orientam a atuação profissional em projetos urbanísticos.

Considere os seguintes conceitos:

1. Requalificação
2. Reurbanização
3. Renovação urbana
4. Recuperação paisagística

Agora, analise as definições a seguir.

- () Intervenção decorrente de projeto urbanístico, que considera a situação urbana preexistente como parte do projeto.
- () Recomposição de uma paisagem degradada, natural ou construída, a uma condição de não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.
- () Intervenção decorrente de projeto urbanístico, que modifica a situação existente, transformando totalmente usos e configurações urbanas que envolvam demolições e reconstruções.
- () Atividade técnica de reabilitação do espaço urbano.

Assinale a opção que indica a relação correta, de acordo com a NBR 16.636-3, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 4 – 1 – 3.
- (B) 4 – 2 – 3 – 1.
- (C) 1 – 2 – 4 – 3.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 2 – 1 – 3 – 4.

Realização

